

EXCLUSÃO E VIOLÊNCIA LETAL: interiorização da violência homicida no Brasil

EXCLUSION AND LETHAL VIOLENCE: internalization of homicidal violence in Brazil

Vanderlan Silva¹

Resumo

Este texto é resultado de pesquisa realizada em Campina Grande-PB. Em 2010, a cidade tinha taxa de 48 homicídios por cada cem mil habitantes. Isso nos estimulou a desenvolver a pesquisa dos crimes durante 2009 e 2010. Buscou-se identificar os perfis socioculturais das vítimas. A coleta de dados foi realizada no Instituto de Medicina Legal, Polícia Civil e nos jornais *Diário de Borborema* e *Jornal da Paraíba*. A análise dos dados revelou que a violência atinge desigualmente os segmentos da população. Entre mais de 300 mortes, a maioria era de jovens negros da periferia, com baixa escolaridade. Boa parte era solteira e tinha entre 13 e 24 anos, sendo vitimada por armas de fogo em mais de 80%. A realidade homicida é resultado do conjunto das transformações econômicas e sociais que aumentaram o acirramento e o acesso da população ao consumo, aos serviços e a bens legais e ilegais.

Palavras-chave: Violência. Homicídio. Cidade. Brasil.

Abstract

This work is the result of empirical research carried out in Campina Grande. In 2010 this town boasted a rate of 48 homicides per groups of a hundred thousand inhabitants. This encouraged us to conduct an investigation with the objective of tracing a map of homicides during the years 2009 and 2010. We aimed at identifying socio-cultural profiles of victims. Data collection was based on three sources: Institute of Legal Medicine; official reports produced by civilian police; and two newspapers, *Borborema Diary* and *Journal of Paraíba*. Among more than 300 deaths, most victims were young black men of the periphery, most of those were single, aged 13 to 24, being victimized by firearms in over 80% of cases. The murderous reality of the city to be a result of social transformations that have increased, access to consumption to services and legal and illegal goods by segments of the population.

Keywords: Violence. Homicides. City. Brazil

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Université Paris Descartes. Professor de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Paraíba, Brasil. Email: vanderlan.silva@ufcg.edu.br

Introdução

Este trabalho apresenta e discute os resultados de uma pesquisa realizada sobre exclusão social e violência homicida na cidade de Campina Grande - PB. Segunda cidade do Estado da Paraíba, Campina Grande conta com 385 mil habitantes e está situada a 120 km de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. A cidade se destaca no cenário estadual e regional por sua forte presença na área de serviços, da indústria de transformação e na produção de grandes eventos culturais.

A motivação para a realização da pesquisa pode ser atribuída a duas razões: Primeiro, a percepção crescente (e a divulgação alarmante) dos casos de violência entre muitos segmentos sociais em Campina Grande chamaram nossa atenção para o fenômeno. Segundo, a divulgação do Mapa da Violência 2010, trazendo dados dos homicídios produzidos no Brasil, mostrava que tinha início a produção de um processo de interiorização da violência. Nesse processo, os índices nas principais metrópoles do País e na Região Sudeste começavam a perder força, ao passo que nas regiões Norte e Nordeste, e mais particularmente nas cidades do interior dos estados dessas regiões, os casos de violência letal passavam a mostrar uma curva ascendente contínua nos últimos anos.

Sobre o processo de interiorização da violência no Brasil, nesse início de século XXI, alguns trabalhos apontam como variáveis a forte repressão dos órgãos policiais no Sudeste contra o crime organizado e a conseqüente migração de organizações criminosas para regiões nas quais os aparatos policiais não têm o mesmo poder de combate. Junte-se a isso a variável da dinâmica do mercado de bens lícitos e ilícitos, que encontra em regiões como Nordeste e Norte a possibilidade de expansão de seus mercados.

Vivendo em meio ao processo de “interiorização da violência” neste início do século XXI, são muitos os desafios empíricos e teóricos para que consigamos dimensionar as múltiplas dimensões que tal processo tem produzido no Brasil.

No caso de Campina Grande, alguns estudos produzidos e divulgados durante os últimos anos apontam as marcas desse processo de migração da violência homicida rumo ao interior do País de forma indelével. No *Mapa da Violência 2008* (WAISELFSZ, 2009), publicado pelo Instituto Sangari, cujo período de análise cobre os homicídios entre 2002 e 2006, a cidade foco de nossa pesquisa

2 Sobre população de Campina Grande, ver site do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=250400&search=paraiba|campina-grande>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

aparecia situada na 340^a posição entre os municípios brasileiros, com uma taxa de 36,2 mortes por grupo de cem mil habitantes (WAISELFISZ, 2009). Naquele momento, a posição ocupada pela cidade no quadro das cidades mais violentas do Brasil não trazia nenhuma razão para comemoração por parte das autoridades da área da segurança pública, já que a taxa da cidade era superior à nacional. Todavia, o que se produziria nos anos seguintes revelaria que o processo de aumento da violência homicida no interior paraibano se intensificaria. De acordo com nova publicação de Julio Jacobo Waiselfisz, *Mapa da Violência 2012*, que veio à luz em 2011, Campina Grande alcançou a taxa de 48,4 homicídios por grupo de cem mil habitantes em 2010. No prazo de quatro anos, a cidade “saltou” 160 posições no quadro das cidades mais violentas do País, passando a ocupar a 180^a posição.

Realizada durante os anos de 2010 e 2011, a pesquisa elegeu como recorte temporal o biênio 2009 e 2010. Até a sua conclusão, em meados de 2011, *O Mapa da Violência 2012* não havia sido publicado. Após sua publicação, pudemos ter acesso aos dados sobre os homicídios no Brasil entre os anos de 2008 a 2010. Vale lembrar que esta “ausência” de dados até então foi uma motivação para a realização da pesquisa, muito embora, como esperamos deixar claro ao longo deste trabalho, a publicação do Instituto Sangari não se propõe a fazer uma análise de profundidade dos dados, ao contrário da pesquisa em pauta.

Na nossa pesquisa, procuramos identificar os atores envolvidos nos entrevos que produziram “mortes matadas”. Para isso, buscamos conhecer os seus lugares sociais, a partir de variáveis como idade, gênero, grau de escolaridade, local de moradia, profissão/ocupação, raça, estado civil etc.

A pesquisa foi realizada a partir de dados secundários colhidos em quatro fontes, sendo duas oficiais (e estatais) e duas jornalísticas, a saber: Polícia Civil da Paraíba, onde colhemos os Boletins de Ocorrência sobre homicídios nos anos pesquisados; Instituto de Medicina Legal da Paraíba, doravante IML, onde pesquisamos os laudos cadavéricos dos mortos por ação violenta provocada por outrem, e o *Jornal da Paraíba* e o *Diário da Borborema*⁴ – jornais vespertinos de circulação estadual nos quais colhemos dados nas reportagens sobre crimes de homicídio cometidos em Campina Grande durante o período abarcado pela pesquisa.

A escolha de tais fontes e as dificuldades em trabalhar com arquivos serão discutidas um pouco mais a frente. Aqui, é importante esclarecer que o cotejamento ao qual submetemos os dados colhidos juntos às fontes indicadas foi

3 Idem. Os números apresentados mostram que Campina Grande ostentava, em 2006, 139 homicídios; em 2005, 136; em 2004, 124; em 2003, 126 e em 2002, 108 (WAISELFISZ, 2009. p. 21).

4 Depois de décadas sendo publicado, o *Diário da Borborema* fechou suas portas em janeiro de 2012.

importante para o preenchimento de lacunas que, por vezes, se apresentava em uma ou outra instituição.

Construindo o campo: traçando o caminho em meio a arquivos

A escolha em trabalhar com dados secundários em arquivos de jornais e em instituições ligadas à Secretaria de Segurança Pública da Paraíba está diretamente vinculada à natureza de nosso objeto de estudo. Ao escolher trabalhar com homicídios, por razões óbvias nos foi impossível entrevistar as vítimas. Restavam, ainda, a possibilidade de trabalhar com suspeitos e réus dos crimes. Todavia, o grande número de casos de homicídios cujos autores permanecem “desconhecidos” se revelou um obstáculo de difícil superação. O acesso aos familiares das vítimas, por sua vez, também se mostrou difícil, por causa do tempo exíguo que tínhamos para realizar um processo de aproximação, negociação e sensibilização com pessoas que passavam por processos psicológicos traumáticos após a perda de seus entes.

O processo de negociação com os responsáveis pelas instituições encarregadas de salvaguardar os dados foi feito via ligações telefônicas e oficializada através de correspondência da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Um dos jornais cobrou uma pequena taxa de R\$30,00 para acesso aos dados e limitou, em princípio, a quantidade de dias para consulta aos arquivos.

De início, foram colhidos os dados produzidos pelos dois jornais indicados. As dificuldades em acessar informações a respeito de crimes de homicídios se mostraram abundantes. Em primeiro lugar, nenhum dos jornais possuía cadernos ou páginas específicas, destinados aos acontecimentos comumente classificados como policiais, o que dificultou sobremaneira a “identificação” de reportagens a respeito dos homicídios, praticamente exigindo a leitura de todo o jornal. Segundo, a esporadicidade das reportagens sobre a temática ajudou a tornar nossa pesquisa nessas fontes árdua e pouco produtiva. A partir desse relato, talvez se possa pensar que esse foi um périplo de pesquisa pouco produtivo. Porém, se considerarmos a problematização⁵ da produção dos dados por jornalistas, particularmente na atribuição de categorias às vítimas e aos agressores em casos de homicídios, certamente esse percurso de pesquisa se mostrará bem mais instigante.

A coleta de dados no Instituto Médico Legal (IML) e na Polícia Civil se mostrou bem mais profícua do que as anteriormente citadas.

Para realizar a coleta dos dados, nos valem os de questionário composto de

⁵ Esta discussão será desenvolvida um pouco mais a frente, mesmo que não constitua o objetivo principal do texto em tela.

23 perguntas versando sobre as características das vítimas de homicídios, tais como data do crime, local, motivação, idade da vítima e suspeito, arma utilizada, cor da pele, escolaridade, profissão, estado civil, entre outras. O formulário foi adaptado de acordo com a fonte consultada.

A construção dos dados

Ao trabalhar com dados produzidos por terceiros, o pesquisador se ver obrigado a fazer uso de termos e classificações sobre as quais não exerceu nenhuma influência no seu processo de construção. Isso, todavia, não diminui sua responsabilidade no uso de tais categorias. Assim, ao trabalharmos com as categorizações propostas por jornalistas, policiais e peritos, procuramos não tomá-las como valores em si mesmos, mas como objetivações de múltiplos processos e expressões das distintas visões dos atores sociais que as produziram.

Atribuições tais como marginal, usuário de drogas, “noiado”, analfabeto, desocupado, negro, pobre, queima de arquivo, baderneiro, marginal etc. foram registradas e tomadas como classificações que expressam as leituras que jornalistas, policiais e peritos fazem do mundo (e particularmente dos envolvidos em casos de homicídios). Embora não tenhamos entrevistado diretamente esses personagens, entendemos que eles expressam amostras de suas visões através dos dados que produziram. E essas foram consideradas, ao longo da pesquisa, como pontos de vista que precisam ser compreendidos a partir do lugar social de quem fala, muitas vezes expressando visões estigmatizadoras, outras vezes enunciando óticas paternalistas. Seja como for, são classificações que são tidas como dados cristalizados, fruto de enunciados polissêmicos, que resultam e enunciam os lugares sociais de seus produtores. E, como tal, precisam ser questionadas, relativizadas, colocadas em suspeição.

Pensando a violência homicida

A violência homicida preenche bem algumas das principais definições do conceito de violência. Partindo-se da perspectiva de Michaud (2001), Freund (1983) e Maffesoli (2001), é possível afirmar que a violência poder ser vista como o conjunto de ações e estratégias utilizadas contra alguém (seja indivíduo ou grupo), levando-o a agir (e a sentir) contra a sua vontade. A compreensão do fenômeno da violência não pode ser reduzida às suas manifestações mais visíveis e diretas, nas quais o uso da força física se evidencia, pois a sua dimensão indireta, “simbólica”, produz igualmente efeitos. Todavia, é inegável que sua manifestação direta parece ser tomada como clássica, e parece não restar qualquer dúvida sobre sua existência.

A percepção sobre os homicídios e os consequentes impactos gerados por sua incidência variam em consonância com os contextos histórico e social. Em uma sociedade cristã e capitalista como a nossa, na qual, teoricamente, o “bem da vida” é colocado como único e supremo, a manifestação de práticas homicidas parece afrontar e destruir aquilo que alguém pode possuir de mais relevante. De fato, o homicídio anuncia o fim de uma trajetória; ele acaba com a existência de indivíduos e, na maioria dos casos, prenuncia sofrimento para amigos e familiares. Essas são algumas das razões que tornam o evento do homicídio tão relevante socialmente nos dias atuais.

Contudo, mesmo sem se mostrar insensível às dores e aos sofrimentos produzidos em decorrência dos homicídios, ficamos atentos às palavras de Michaud (2001, p. 93), ao afirmar que:

A tarefa da teoria social é compreender a violência como fenômeno social, entre outros. Ainda que pareça uma aberração, uma catástrofe ou uma disfunção grave, o sociólogo não pode se deixar levar pela aparência ou ceder a julgamentos morais, e deve situá-la na unidade do funcionamento social.

Nessa direção, é razoável supormos que os sentidos atribuídos às práticas homicidas, atualmente, são diferentes de outros configurados em momentos históricos distintos do nosso, mas certamente também se diferenciam no seio dos distintos grupos sociais que convivem no interior da sociedade brasileiras atual.

Diante de certas óticas burguesas e cristãs, o homicídio parece se apresentar como uma das mais abomináveis práticas de violência, em virtude das razões anteriormente apontadas. E, como bem mostrou Elias (1994), na modernidade, as demonstrações de violência física foram sendo desestimuladas, desvalorizadas e relegadas a lugares secundários quando comparadas aos lugares que ocupavam em outros momentos históricos, por exemplo, durante a Idade Média. Na modernidade, o uso da força física violenta passou a ser visto como expressão da incapacidade dos indivíduos em se autoconterem, demonstrando um menor domínio sobre si mesmo, o que equivale a um menor (ou precário) uso da racionalidade moderna.

No curso desse processo, o uso da violência simbólica passou a ser visto como conquista dos segmentos que têm acesso a “bons níveis” de escolaridade e de “refinamento” social. Assim, aqueles que restaram à margem das aquisições dessas conquistas continuariam a fazer uso de “formas arcaicas” de violência para resolver seus conflitos⁶. É dessa perspectiva que muitos veem os homicídios em nossos dias.

⁶ Conflito é aqui entendido como o conjunto de disposições latentes e/ou manifestas construídas e utilizadas por indivíduos e grupos para expressarem suas discordâncias frente aos adversários. Os conflitos

Não por acaso, os crimes ocorridos entre as classes médias brasileiras geram tanto clamor social como se atestassem a presença da “barbárie” que se acreditava sob controle. Inversamente, quando os homicídios ocorrem entre os segmentos menos favorecidos, eles são vistos e relatados por muitos atores sociais, notadamente pelas forças policiais e por parte dos órgãos de imprensa, como “acontecimentos normais” para o meio.

Ao analisar esse processo de sensibilização moderno, Elias (1994) aponta para uma nova configuração da violência nas sociedades ocidentais. Nessa direção, ao refletir sobre as condições da violência na condição moderna, Martuccelli (1999, p. 162) observa que

[...] a violência[...] é representada sob a forma de um déficit de informação e um excesso de ação física ou de energia. Na violência a ação impõe-se sobre a informação; ela é uma desmedida energética num mundo de fluxos imateriais de informação.

Assim, o uso da força física revelaria ausência de acesso ou de domínio de formas “mais racionais e suaves” de resolução de conflitos. Como consequência, os que fazem uso deste tipo de violência, nos dias atuais, seriam vistos de maneira estigmatizada, tidos como grupos e indivíduos com acesso restrito aos bens simbólicos e materiais das sociedades burguesas contemporâneas. Tal como pudemos perceber nos “discursos” que lemos durante nossa pesquisa, eles são apontados como “pobres”, “analfabetos”, “negros”, “favelados”, “sertanejos”, “desocupado”, “maconheiro”, “noiado”, “meliante”, para não citar mais do que algumas classificações largamente utilizadas por jornalistas e policiais para localizar socialmente vítimas e suspeitos de homicídios em Campina Grande.

A violência, tal como os conflitos, não pode ser extirpada da vida social, pois ela constitui um elemento importante na configuração da vida em sociedade. Assim, seus praticantes contemporâneos⁷ parecem ser tomados como indivíduos que romperam com certo contrato social. Mesmo que, como bem observa Heritier (2004, p. 15), “nenhuma sociedade permite ao indivíduo matar livremente outros,

ajudam a compor a tessitura da vida social (SIMMEL, 1995) e, diferentemente da violência, que implica tentativa de fazer imposições a sua vontade sobre a do adversário, o conflito enuncia posições distintas diante de um mesmo objeto de desejo (GIRARD, 2008), sem necessariamente implicar violência. A violência prescinde do conflito, mas não o contrário.

7 Ao utilizar a expressão “praticantes contemporâneos”, gostaríamos de sublinhar que qualquer um pode ser autor ou vítima de tal evento, contudo, aqui trabalhamos com casos empíricos, a partir dos quais os discursos utilizados são acionados para classificar os atores sociais envolvidos.

mas nenhuma sociedade o interdita completamente”.

Assim, embora o uso da violência física permaneça como uma possibilidade ao alcance de todos, a autorização para o seu uso de forma legal somente seria conferida ao Estado (através de seu corpo de funcionários especializados: os policiais), enquanto detentor do monopólio do uso legal da força física (WEBER, 1982).

O Estado, portanto, constituir-se-ia como instituição mediadora e reguladora de conflitos entre indivíduos e grupos sociais, fazendo com que as manifestações de violência sejam minoradas, senão evitadas.

Nesse sentido, a perspectiva que analisa o controle do uso violência física no mundo contemporâneo também pode ser tomada como “denúncia” do crescente processo de intolerância contra as manifestações da violência física, em especial aquelas que não têm o aval de legalidade.

Com efeito, é importante não se perder de vista que a estética (estéticas?) da violência contemporânea se produz em meio a interesses e conflitos das mais distintas ordens. Por sua vez, a maneira como esses são sentidos e julgados guardam entrelaçamentos com as visões e práticas de mundo de indivíduos e grupos que as enunciam, não só pelas ações de suas mãos, mas também pela força dos dados que produzem.

Cenários e personagens da violência homicida em Campina Grande

Os dados colhidos nos arquivos dos jornais da Paraíba, *Diário da Borborema*, IML e Polícia Civil são “retratos” de uma realidade social, captados e revelados/ produzidos a partir do registro de um dado fenômeno social – a incidência das práticas de homicídio neste município paraibano. Ao mesmo tempo, como já delineamos anteriormente, os dados são visões, leituras de mundo situadas nas redes de relações sociais na cidade de Campina Grande.

De acordo com os dados colhidos nessas fontes, no período analisado em nossa pesquisa, foram registrados 327 crimes de homicídios⁸ no município. Desses,

8 O *Mapa da Violência 2012: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil*, publicado no final de 2011, traz números diferentes e ligeiramente superiores aos coletados na presente pesquisa. Segundo a referida publicação, teria sido 155 homicídios em 2009 e 218 em 2010. Em parte, essa diferença pode ser explicada pelo tratamento metodológico dedicado aos dados. A nossa pesquisa cobriu os dados brutos, sem revisão e sem possíveis alterações. No caso da publicação citada, o autor se refere aos dados de 2010 como “preliminares” (WAISELFISZ, 2011a, p. 19), mostrando, assim, que os mesmos poderão ser alterados. Apesar da diferença numérica, isso não representa um problema para a presente pesquisa, haja

140 ocorreram no ano de 2009 e 187 em 2010. Dentre as vítimas, nada menos do que 304 eram do gênero masculino⁹, sendo 129 em 2009 e 175 no ano seguinte, o que perfaz 93%. Talvez esse percentual pudesse ser explicado como resultado de uma maior exposição e circulação dos homens nos espaços públicos. Porém, é importante mencionar que não se trata apenas de maior circulação e exposição, pois, caso contrário, como relacionaríamos as conquistas femininas na ocupação de espaços públicos à “baixa” incidência de violência homicida que atinge o gênero feminino em Campina Grande no biênio 2009-2010? Certamente, a explicação para a relação entre gênero masculino e violência homicida passa pela compreensão dos modelos de masculinidade e expressões de violência utilizadas em eventos conflituosos.

Igualmente revelador é o fato de que 200 vítimas de violência letal na cidade de Campina Grande, durante o período analisado, eram jovens, com idade entre 14 e 29¹⁰ anos, o que equivale a mais de 61% do universo da pesquisa.

Dentre os dados disponíveis referentes ao estado civil, 164 das vítimas foram descritas como solteiras, representando 50% do total. Na mesma esteira de informações relativas ao grau de escolaridade, havia referências à escolaridade de 91 pessoas para o ano de 2009, das quais 68 não tinham completado o Ensino Fundamental, 7o tinham completado; 8 haviam completado o Ensino Médio e 2 dois tinham esse nível incompleto; 1 tinha curso superior e 5 foram descritos como alfabetos. No ano de 2010, o quadro se apresenta com a seguinte configuração: havia dados disponíveis para 112 vítimas. Entre essas, 74 tinham o Ensino Fundamental incompleto, 21 o haviam completado; 8 tinham cursado o Ensino Médio e 2 não tinham completado tal nível de ensino; 6 apareciam como alfabetas e 1 tinha curso superior.

Se considerarmos a junção dos números na categoria Ensino Fundamental incompleto nos dois anos, veremos que 142 vítimas foram incluídas nessa categoria, perfazendo 70% das vítimas.

Inversamente, quando computados os números de vítimas com curso superior, obtém-se o percentual de 1%. O que demonstra que a relação entre grau de escolaridade e violência letal mantém estreita ligação e precisa ser bem estudada. Uma boa compreensão desse fenômeno passa, provavelmente, por razões que dizem

vista o propósito nela estabelecido.

9 Waiselfisz (2011b, p. 67) mostra que, no Brasil, no ano de 2010, 91,4% das vítimas de homicídios eram do gênero masculino, o que demonstra uma “sintonia” entre os dados de Campina Grande e os nacionais.

10 Aqui trabalhamos com a indicação da Secretaria Nacional de Juventude que pensa as pessoas até 29 anos como jovens adultos. Na presente análise, quando se considera jovem até 24 anos, passamos a ter o percentual de 40%.

respeito às dificuldades de parte da população, em acessar instituições estatais responsáveis pela resolução de conflitos, o que acaba estimulando indivíduos a resolverem eles mesmos às pendências, por vezes com o uso de armas, “dando cabo” da vida de outros.

Outra variável que merece ser levada em conta é a raça. Mesmo considerando a possível fragilidade com que tal variável foi construída pelos autores dos dados com os quais trabalhamos, é preciso lembrar ela é resultado das “medidas largas” a partir das quais se define raça no Brasil. Seja como for, dentre os dados consultados, havia referência para 223 vítimas. Dessas, 218 foram apontadas como negras¹¹ e 5 como brancas. Curiosamente, ou não, o percentual de negros vitimados representa 97% das vítimas para as quais havia referências quanto à cor da pele. Os números não parecem apenas alarmantes, no fundo eles revelam os resultados mais visíveis de um processo cruel de discriminação e dizimação da população negra paraibana – posteriormente, outra publicação¹² indicaria um quadro semelhante de incidência de violência homicida sobre a população negra do Estado da Paraíba.

Os tipos de armas utilizadas nos eventos letais e os locais de moradias das vítimas foram duas outras categorias consideradas em nossa pesquisa.

Dentre os meios utilizados para levar a cabo a morte de outrem, em 260 eventos foram utilizadas armas de fogo; em 30 foram empregadas armas brancas e nos demais foram empregados paus, pedras, espancamento, esganadura etc. O total de eventos letais nos quais armas de fogo foram empregadas, com o intuito de matar, equivalem a 80% dos casos de homicídios em Campina Grande durante os anos de 2009 e 2010.

Certamente, a grande circulação de armas nas mãos da população brasileira pode ser vista como um potencializador de homicídios. Todavia, por mais óbvio que pareça, não é a simples presença¹³ da arma que determina o seu uso para fins letais, mas sim a decisão do indivíduo em usá-la. Basta lembrar que o Brasil possui, atualmente, cerca de 15 milhões de armas em mãos privadas, das quais mais da metade não é registrada. Nos Estados Unidos, existem 270 milhões de armas nas

11 Aqui trabalhamos com a definição proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que inclui pardos e pretos na categoria negro.

12 Waiselfisz (2011a, p. 62) revela que no ano de 2010, das 1378 pessoas assassinadas no Estado da Paraíba, 1329 eram negras e 49 eram brancas. O percentual de negros, neste quadro, equivale a 96,4%. Portanto, semelhante àquilo que se produz em Campina Grande.

13 Informações a respeito da quantidade de armas no Brasil e nos EUA encontram-se disponíveis em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121218_armas_brasil_eua_violencia_mm.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2013.

mãos da população. Haveremos de supor, portanto, que nos Estados Unidos se mata muito mais por armas de fogo do que no Brasil. Todavia, não é o que acontece, pois no Brasil se mata três vezes e meia mais com armas de fogo do que nos Estados Unidos.

Com relação ao local de moradia¹⁴ das vítimas, 210 residiam em bairros com condições precárias de infraestrutura, marcados pela ausência de equipamentos públicos de uso coletivo, como praças, postos de saúde, rede de esgoto, escolas, espaços de lazer etc. Coincidentemente, há uma forte correlação entre lugar de moradia e de ocorrência dos eventos criminosos, mostrando que a espacialidade geográfica, nos casos dos crimes de homicídios ocorridos em Campina Grande, assume uma relevância singular na configuração social desses. Não se trata, portanto, da vítima estar no lugar “errado” e na hora “errada”, pois, em boa parte dos casos, as vítimas se encontravam em lugares próximos às suas casas, que se espera, seja um ambiente de acolhimento e repouso.

Com base no quadro de ocorrências homicidas em Campina Grande, certamente é possível falarmos em bairros mais suscetíveis às ocorrências de práticas de violência homicida, com destaque para localidades periféricas como Pedregal, Glória, Bodocongó, Distrito de São José da Mata, Araxá, Jeremias, Morro do Urubú. Todavia, essa maior suscetibilidade é resultado da relação entre variáveis que incluem ausência de infraestrutura, pouca¹⁵ presença estatal no campo da segurança e na regulação de conflitos, práticas comerciais ilícitas em algumas localidades, forte ingestão de bebidas alcoólicas. Nesse cenário, vale lembrar, a presença de armas de fogo e armas brancas em dadas situações de conflito também deve ser considerada como “potencializadora” de homicídios.

Muitas das reportagens e BOs aos quais tivemos acesso durante a pesquisa indicavam que os suspeitos residiam nas mesmas localidades das vítimas, o que fortalece a hipótese de pensar esses espaços de exclusão social, marcados pela precariedade das mais variadas ordens, como espaços de forte letalidade homicida na cidade. Essa “coincidência” resulta de uma configuração social que, ao mesmo tempo em que produz, exclui os segmentos pobres da população, forçando-os a residir nas periferias e os “entregando” a própria sorte”, deixando-os “ao léu”. Como se não bastasse, esses grupos e indivíduos ainda são tidos (por muitos) como os únicos

14 Nesta pesquisa, os bairros da cidade foram considerados a partir de cinco categorizações: nobre, periférico, centro, distrito e zona rural. As condições econômicas das populações dessas localidades e a infraestrutura dos bairros tiveram relevância na classificação.

15 Por vezes, a presença policial em determinadas localidades se resume “a caçar suspeitos” de terem cometido algum crime.

responsáveis por tudo o que ocorre em seus universos. Não por acaso, algumas explicações das classes médias, da imprensa ou mesmo da polícia, atribuem aos crimes ocorridos nessas localidades o caráter de “queima de arquivo”, “resistência à polícia”, “envolvimento com coisas erradas” etc.

No fundo, essas explicações partem da ideia de que a violência homicida seria uma “normalidade” no espaço da periferia pobre da cidade. E, nesse cenário, as regularidades de categorias sociais de vítimas e agressores são vistas como confirmação/reforço das explicações conservadoras. O mesmo não ocorre quando os crimes de homicídio atingem alguém dos segmentos considerados nobres na cidade.

Conclusão

Não resta dúvida de que, a análise da dinâmica dos homicídios em Campina Grande requer um esforço para uma “compreensão profunda” do conjunto de variáveis que contribuem, em maior ou menor grau, para tal quadro de violência no município paraibano. E, nessa tentativa de explicação, as “transformações” econômicas e sociais ocorridas nas últimas décadas no País, com seus impactos positivos e negativos, e sua consequente influência no campo das disputas entre grupos e indivíduos na cidade em tela, precisam ser consideradas. É nessa direção que se fala, hoje, em um processo de interiorização da violência no Brasil.

O aquecimento da economia na região Nordeste acima da média nacional, nesses últimos anos, trouxe um forte investimento e transformações urbanas na cidade de Campina Grande, onde o processo de verticalização imobiliária ganhou novo impulso e o comércio tem vivido momentos de euforia. Evidentemente, esse cenário de oportunidades traz consigo a expansão de novas oportunidades, inclusive o aumento da circulação e do consumo de bens lícitos e ilícitos, tais como CDs, carros, motos, casas, apartamentos, bebidas, roupas, sapatos, tênis, relógios, viagens, drogas, armas etc. E, paralelamente, produz-se o aumento das disputas em torno dos possíveis benefícios dessa expansão de oportunidades. Disputas essas que se dão das mais variadas formas, a partir de configurações sociais já presentes, e que passam a ser potencializadas com “os novos elementos”. Juntem-se a isso as difíceis condições do policiamento paraibano para dar conta das demandas que aparecem, particularmente quando envolvem indivíduos e grupos com reduzido poder de influência e mobilização política.

No cenário social da cidade de Campina Grande, a ocorrência de homicídios não se constitui como obra do acaso, fruto de eventualidades nas quais indivíduos e grupos entram em conflito, resultando em morte. Em muitos dos casos analisados, na pesquisa, percebemos elementos que indicavam o homicídio como uma das

etapas de processos conflituosos entre indivíduos e/ou grupos. Assim, o homicídio não se colocava como um “estranho no ninho”, como uma eventualidade ou um pavoroso acidente. Antes, ele se anunciava como uma possibilidade real em meio a processos conflituosos.

Com efeito, no caso analisado nesta pesquisa, é possível falar em um padrão de produção de homicídios, a partir das regularidades de tipos e características das vítimas e, possivelmente, de seus autores.

Obviamente que o fato de apontar essas regularidades não implica negar a existência de crimes de homicídios ocasionais e em circunstâncias adversas em relação àquelas indicadas ao longo deste trabalho. Pois, como vimos nos dados acima elencados, essa “regularidade” nas práticas homicidas em Campina Grande é produzida a partir da vitimização recorrente de indivíduos que pertencem, em sua grande maioria, a grupos sociais pobres e marginalizados. Eles são negros, pobres, moradores da periferia, com baixo nível de escolaridade e formação profissional incipiente ou exercendo funções de trabalho que não exigem (quase nenhuma) formação profissional. São homens, jovens, solteiros e foram atingidos por arma de fogo, na grande maioria dos casos.

A face das vítimas de homicídios na cidade de Campina Grande, durante os anos de 2009 e 2010, têm características comuns a tantos outros indivíduos que se encontram na exclusão da cidade. Em outras palavras, “vivos e mortos” pertencem (iam) ao mesmo cenário e vivem (iam) em meio a desafios comuns.

Enfim, nesse cenário, os homicídios parecem atualizar, a seu modo, um processo contínuo de exclusão social de indivíduos e grupos socialmente relegados à margem. Muitos são enxotados horizontalmente, conduzidos aos bairros periféricos, distantes dos centros de poder e de “benefícios”. Entre esses, centenas são conduzidos, todos os anos, à marginalidade verticalizada, para baixo da terra, atingidos pela face mais cruel e final da exclusão, a letalidade.

Referências

- ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. Uma História dos Costumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FREUND, Julien. **Sociologie du Conflit**. Paris: PUF, 1983.
- GIRARD, René. **A violência e o Sagrado**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HERITIER, Françoise. Les fondements de la violence. Analyse anthropologique. In: TOUATI, Aramand (Org.). **Violences**. De la Réflexion à l' Intervention. Paris: Cultures em Mouvements, 2004
- MAFFESOLI, Michel. **A violência Totalitária**. Ensaio de antropologia política. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- MARTUCELLI, Danilo. Reflexões sobre a violência na condição moderna. **Tempo Social**, Revista de

Sociologia da USP, São Paulo, v. 11, n.1, p. 157- 175, maio 1999.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. São Paulo: Ática, 2001.

SIMMEL, George. **Le Conflit**. Préface de Julien Freud. Traduit de l'allemand par Sibylle Muller. Saulxures: Circé, 1995.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011a.

_____. **Mapa da Violência 2010**. Anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

_____. **Mapa da Violência 2011**. Os jovens do Brasil. Brasília: Ministério da Justiça; São Paulo: Instituto Sangari, 2011b.

_____. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008**. Brasília; São Paulo: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – Ritla / Ministério da Saúde / Ministério da Justiça / Instituto Sangari, 2009.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

Recebido em 01/06/2014

Aprovado em 19/05/2015